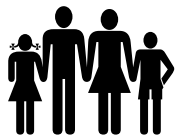
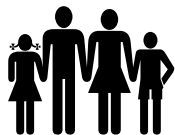


23/07/2026 - Comitê de Investimentos

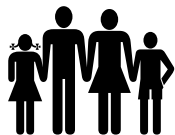
Ata da Reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros: Fernando Augusto Matsumoto, Flavio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva. Presente os membros da Diretoria Executiva: Registrou-se também a presença do Gestor de Recursos Wellington Diniz e do Diretor Administrativo Antonio Marques de Oliveira. Dando início à pauta, os membros do Comitê de Investimentos passaram à análise do **Relatório Financeiro referente - junho/2026**, conforme documentos acostados nos processos IPMU/001/2026 (Taxa de Administração_ 06), IPMU/003/2026 (Relatório de Investimentos_ 06), IPMU/003/2026 (Relatório de Carteira de Investimentos_06), IPMU/003/2026 (Relatório da Execução da Política de Investimentos_06), IPMU/003/2026 (Relatório de Risco de Mercado_06), IPMU/003/2026 (Relatório de Risco de Desenquadramento_06), IPMU/003/2026 (Relatório de Aderência aos Benchmarks_06), IPMU/003/2026 (Informativos do Mercado Financeiro_06), IPMU/003/2026 (ALM Estratégia Integrada de Ativos e Passivos), IPMU/006/2026 (Folha de pagamento dos apontados e pensionistas x contribuição previdenciária_ 06), IPMU/007/2026 (Balancete da Receita_06), IPMU/007/2026 (Balancete da Despesas_06), IPMU/007/2026 (Boletim de Caixa_06), IPMU/014/2026 (Demonstrativo Previdenciário DIPR_ 2º bimestre), IPMU/014/2026 (Demonstrativo Investimentos DAIR_ 05), IPMU/014/2026 (Demonstrativo Investimentos DAIR_ 06), IPMU/015/2026 (Compensação Previdenciária_ 06), IPMU/016/2026 (Audesp Financeiro_05), IPMU/018/2026 (APR - Autorização de Aplicação e Resgate_06), IPMU/018/2026 (APR - Autorização de Aplicação e Resgate_1º trimestre), IPMU/018/2026 (APR - Autorização de Aplicação e Resgate_ 2º trimestre), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário da Câmara_ 06), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário do IPMU_ 06), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário da Prefeitura_ 06), IPMU/123/2025 Manual de Compras de Títulos Públicos e Relatórios de Riscos e Controles: análise de dispersão, Benchmarks - Janela Móvel de Volatilidade, Benchmarks - Risco x Retorno no mês e ano, Benchmarks - Volatilidade mensal e anual, Correlação, Drawdown Ativos e Segmento, Evolução do Patrimônio, Histograma Ativos e Segmento, Janela Móvel de Retorno ativo e segmento, Lâmina - Por Ativos - Janela Móvel de Retorno, Lâmina - Por Ativos - Janela Móvel de Volatilidade, Lâmina - Por Segmento, Ranking AUM e Captação, Rating, Retorno Acumulado ativos e segmento (mês e ano), Retorno x Meta Atuarial, Risco x Retorno ativo e segmento (mês e ano), SHARPE, VaR e Volatilidade no período ativos e segmento. Análise conjuntural de mercado econômico, mercado financeiro e monitoramento das variáveis macroeconômicas. Avaliação mensal de risco de mercado da carteira de Investimentos. Análise de relatório gerencial de rentabilidade dos fundos de investimentos e acompanhamento da Política Anual de Investimentos. Informações dos acontecimentos políticos e econômicos e seus impactos na carteira de investimentos do IPMU. Visão de curto, médio e longo prazo. Balancete de Receita e Despesa que contém os dados atualizados da previsão e da execução orçamentária. Relatório de Execução Orçamentária com os fluxos de caixa das receitas e despesas para avaliação da situação financeira e orçamentária dos próximos meses. **Análise Macroeconômica e de Mercado. Cenário Global.** O cenário econômico internacional permaneceu marcado por elevada cautela dos mercados financeiros durante o mês de junho de 2026, refletindo a persistência das pressões inflacionárias nas principais economias, a manutenção de políticas monetárias restritivas pelos bancos centrais e as incertezas decorrentes do ambiente geopolítico. Apesar da continuidade do crescimento econômico global, observou-se moderação no ritmo de expansão, exigindo dos investidores maior seletividade na alocação de recursos e reforçando a busca por ativos de menor risco. Estados Unidos. Nos Estados Unidos, os indicadores econômicos continuaram demonstrando resiliência, embora com sinais de desaceleração gradual da atividade. A leitura final do Produto Interno Bruto (PIB) referente ao primeiro trimestre de 2026 apontou crescimento anualizado, confirmando a manutenção do dinamismo da economia norte-americana no início do ano. No mercado de trabalho, entretanto, verificou-se perda de ritmo na geração de empregos. O relatório Payroll



registrou a criação de 57 mil novas vagas em junho, resultado inferior às expectativas do mercado. Ainda assim, a taxa de desemprego recuou para 4,2%, permanecendo em patamar historicamente baixo e evidenciando a continuidade da solidez do mercado de trabalho. No campo inflacionário, o índice de preços ao consumidor utilizado como principal referência pelo Federal Reserve voltou a apresentar aceleração no mês de maio, permanecendo acima da meta de 2% estabelecida pela autoridade monetária. Diante desse cenário, o Federal Reserve optou por manter a taxa básica de juros no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano, reiterando postura prudente diante da persistência inflacionária e do arrefecimento gradual da atividade econômica. Zona do Euro. Na Zona do Euro, o ambiente econômico permaneceu desafiador. A inflação desacelerou de 3,2% em maio para 2,8% em junho, indicando redução gradual das pressões inflacionárias, embora ainda permaneça acima da meta perseguida pelo Banco Central Europeu (BCE). Os indicadores de atividade econômica continuaram sinalizando crescimento limitado. O Banco Central Europeu manteve sua postura restritiva e elevou a taxa de depósitos em 0,25 ponto percentual, fixando-a em 2,25% ao ano. A decisão refletiu a preocupação da autoridade monetária com a persistência da inflação, ao mesmo tempo em que busca preservar a credibilidade da política monetária diante de uma economia que ainda apresenta crescimento reduzido. China. Na China, a atividade econômica manteve trajetória de expansão moderada, porém de forma heterogênea entre os diferentes setores da economia. A indústria permaneceu como principal vetor de crescimento, com o PMI Industrial registrando expansão pelo sétimo mês consecutivo e permanecendo acima da linha de 50 pontos, sinalizando continuidade da recuperação do setor manufatureiro. O setor de serviços também permaneceu em expansão, embora tenha apresentado desaceleração em relação ao mês anterior, refletindo recuperação gradual da demanda doméstica. As pressões inflacionárias continuaram controladas, permitindo ao Banco Popular da China manter inalteradas as principais taxas de referência. Apesar dos sinais positivos, permanecem desafios relevantes para a economia chinesa, especialmente relacionados à fragilidade do setor imobiliário, ao menor dinamismo do comércio internacional e à recuperação ainda moderada do consumo interno, fatores que continuam limitando uma expansão mais robusta da atividade econômica. Cenário Geopolítico. O ambiente geopolítico continuou exercendo influência significativa sobre os mercados internacionais ao longo de junho. As tensões envolvendo Estados Unidos, Irã e Israel mantiveram elevado o nível de incerteza, especialmente em relação ao mercado global de energia e às possíveis interrupções no fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz, uma das principais rotas de abastecimento mundial. Entretanto, a sinalização de um cessar-fogo entre os envolvidos, associada à redução dos prêmios de risco geopolítico e às expectativas de aumento da oferta por parte da OPEP+, contribuiu para uma expressiva queda das cotações internacionais do petróleo. A commodity encerrou o mês acumulando recuo próximo de 20%, retornando aos níveis observados antes da intensificação mais recente do conflito. A redução dos preços da energia contribuiu para aliviar parte das pressões inflacionárias globais, favorecendo as perspectivas para a política monetária das principais economias. Ainda assim, o cenário internacional permanece sujeito a elevada volatilidade, uma vez que novos desdobramentos geopolíticos podem provocar impactos relevantes sobre os preços das commodities, as expectativas de inflação, as taxas de juros e o ritmo de crescimento da economia mundial. Avaliação Geral. De forma geral, o cenário internacional permaneceu caracterizado por crescimento econômico moderado, inflação ainda resistente nas principais economias desenvolvidas, manutenção de políticas monetárias cautelosas e persistência de riscos geopolíticos. Esse ambiente continuou favorecendo estratégias de investimentos mais conservadoras, com maior concentração em ativos de renda fixa de elevada qualidade de crédito e liquidez, reforçando a adequação da estratégia de alocação adotada pelo IPMU, voltada à preservação do patrimônio previdenciário, ao controle dos riscos e à obtenção de rentabilidade consistente no longo prazo. **Cenário Nacional.** No mês de junho de 2026, a economia brasileira apresentou sinais mistos, evidenciando a continuidade do processo de desaceleração gradual da atividade econômica, porém com indicadores que demonstram resiliência do mercado de trabalho e manutenção da inflação em patamar superior ao centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O cenário



permaneceu marcado por incertezas fiscais e monetárias, exigindo postura cautelosa dos agentes econômicos e do Banco Central. Os indicadores de atividade econômica mostraram recuperação em relação ao mês anterior. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo setor de serviços, indicando recuperação parcial da produção e dos novos pedidos, ainda que em ritmo moderado. Apesar dessa evolução, o elevado custo do crédito e as incertezas fiscais continuam limitando uma expansão mais robusta da economia. O mercado de trabalho permaneceu como um dos principais fatores de sustentação da atividade econômica. A taxa de desocupação recuou para 5,6% no trimestre encerrado em maio, ante 5,8% no trimestre anterior, alcançando o menor nível para o período desde o início da série histórica. A população ocupada permaneceu elevada, acompanhada pelo crescimento do rendimento médio real, fortalecendo a massa salarial e contribuindo para a manutenção do consumo das famílias. Entretanto, a elevada participação da informalidade ainda representa um desafio estrutural para a economia brasileira. A confiança do consumidor apresentou estabilidade no período. O Índice de Confiança do Consumidor registrou 88,7 pontos, praticamente inalterado em relação ao mês anterior, refletindo melhora na percepção da situação econômica atual, mas também cautela quanto às perspectivas futuras. A menor disposição para aquisição de bens duráveis e a preocupação com a situação financeira das famílias indicam que os consumidores permanecem sensíveis aos elevados níveis das taxas de juros e às incertezas relacionadas ao comportamento da inflação. No campo inflacionário, observou-se desaceleração dos índices de preços. O IPCA registrou alta de 0,16% em junho, inferior aos 0,58% observados em maio, fazendo com que a inflação acumulada em doze meses atingisse 4,64%. Embora o resultado represente melhora na margem, a inflação permanece acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. As principais pressões continuaram concentradas no grupo Habitação, influenciado pelos reajustes da energia elétrica residencial, enquanto o grupo alimentação e bebidas apresentou comportamento favorável, impulsionado pela redução dos preços dos alimentos consumidos no domicílio. No grupo Transportes, o aumento das passagens aéreas foi parcialmente compensado pela queda dos preços dos combustíveis. Diante desse cenário, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, fixando-a em 14,25% ao ano. A decisão refletiu o processo gradual de desaceleração inflacionária e a moderação da atividade econômica. Entretanto, a autoridade monetária reforçou, em ata divulgada após a reunião, que a condução da política monetária continuará dependente da evolução da inflação, das expectativas do mercado, do comportamento das contas públicas e do ambiente econômico internacional, mantendo postura prudente quanto aos próximos movimentos da taxa de juros. Sob a ótica fiscal, o cenário permaneceu desafiador. O setor público consolidado registrou déficit primário, revertendo o superávit observado no período anterior. Paralelamente, a Dívida Bruta do Governo Geral elevou-se, reforçando as preocupações do mercado quanto à sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo e seus impactos sobre a curva de juros. Apesar das incertezas fiscais, o fluxo de capitais destinados ao investimento produtivo permaneceu positivo. Esses números demonstram que o Brasil continua atraindo investimentos estrangeiros de longo prazo, sustentados pelo potencial de crescimento da economia e pelas oportunidades em diversos setores produtivos. No mercado de capitais, entretanto, o comportamento foi distinto. Os investidores estrangeiros registraram saída líquida da B3 em junho, contribuindo para o recuo do Ibovespa pelo quarto mês consecutivo. Apesar desse movimento, o fluxo acumulado de capital estrangeiro para o mercado acionário brasileiro permaneceu positivo no primeiro semestre, evidenciando que a redução dos investimentos ocorreu principalmente em função da maior aversão global ao risco e não de fatores estruturais específicos da economia brasileira. No mercado cambial, o dólar encerrou o mês cotado a R\$ 5,16, registrando valorização de 2,32% frente ao real. O movimento refletiu principalmente o fortalecimento da moeda norte-americana no mercado internacional, impulsionado pela expectativa de manutenção de juros elevados nos Estados Unidos. Ainda assim, no acumulado do primeiro semestre de 2026, o real manteve valorização frente ao dólar, evidenciando que os fundamentos da economia brasileira continuam sustentando relativa estabilidade cambial. De maneira geral, o cenário econômico doméstico continuou favorecendo a



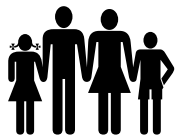
estratégia de investimentos adotada pelo IPMU, caracterizada pela predominância de ativos de renda fixa indexados ao CDI e a títulos públicos federais. A manutenção de taxas reais de juros em patamares elevados, aliada à elevada liquidez da carteira e ao rigoroso gerenciamento de riscos, proporcionou condições favoráveis para a obtenção de rentabilidade consistente, preservando a segurança dos recursos previdenciários e contribuindo para o cumprimento da meta atuarial estabelecida para o exercício de 2026.

Carteira de Investimentos. A Carteira de Investimentos do IPMU encontra-se estruturada em estrita observância aos limites e diretrizes estabelecidos na Política Anual de Investimentos, apresentando composição diversificada e alinhada ao perfil conservador/moderado da entidade. A estratégia de alocação tem como premissa a busca pelo equilíbrio ótimo entre risco e retorno, considerando as variáveis macroeconômicas que impactam o desempenho dos ativos, tanto no cenário nacional quanto internacional. Nesse contexto, a gestão adota abordagem técnica e dinâmica, com monitoramento contínuo dos mercados e avaliação permanente das condições econômicas. A condução da carteira é orientada por uma visão integrada de curto, médio e longo prazo, com foco na preservação do capital, na geração consistente de resultados e na aderência à meta atuarial. Tal estratégia visa assegurar a sustentabilidade do regime, garantindo os recursos necessários para o cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras, relativas aos benefícios concedidos e a conceder.

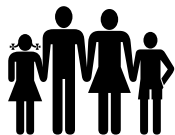
No mês de referência, a carteira de investimentos do IPMU totalizou R\$ 673.905.246,65, distribuída entre seis instituições financeiras, evidenciando adequada diversificação de contraparte: Caixa Econômica Federal (32,13% do patrimônio líquido), Banco do Brasil (24,03%), Banco Bradesco (19,01%), Itaú Unibanco (13,15%), Santander (9,84%) e BTG Pactual (1,85%). Ao final do período, os recursos encontravam-se alocados em 11 fundos de investimento (8 com liquidez e 3 com carência), com predominância significativa de ativos de renda fixa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional na Resolução nº 5.272/2025, refletindo o perfil conservador/moderado adotado pela gestão. Destaca-se a ausência de exposição a fundos estruturados, fundos imobiliários e operações de empréstimos consignados, reforçando a estratégia de mitigação de riscos e preservação de capital. Em termos de liquidez, observa-se que 93,33% da carteira (R\$ 628.950.537,75) encontra-se alocada em ativos com prazo de resgate de até 30 dias, conferindo elevada capacidade de cumprimento das obrigações previdenciárias no curto prazo e flexibilidade para eventuais realocações táticas. No que se refere ao desempenho, a carteira apresentou comportamento resiliente no período, superando a meta atuarial estabelecida, resultado consistente com a estratégia de alocação adotada e com o cenário de mercado observado.

Estratégia de Alocação e Posicionamento da Carteira. O IPMU mantém uma alocação de ativos compatível com o cenário macroeconômico vigente, priorizando instrumentos de perfil conservador, baixa volatilidade e retornos consistentes, alinhados à meta atuarial estabelecida. Destaca-se a elevada concentração em fundos referenciados ao CDI, que representam 80,69% da carteira (R\$ 543.773.123,17), além da participação em fundos de vértice com vencimentos em 2026 e 2027, correspondentes a 16,76% (R\$ 112.949.103,55). Essa estrutura reforça a previsibilidade dos fluxos e a aderência à estratégia de carregamento, reduzindo a exposição a oscilações de mercado. Nos demais segmentos, observa-se exposição residual a ativos de maior risco, com alocação de 0,52% (R\$ 3.483.546,84) em investimentos no exterior e 2,03% (R\$ 13.699.473,09) em renda variável, evidenciando o caráter predominantemente defensivo da carteira, voltado à preservação de capital e à mitigação de volatilidade. Tal posicionamento tem se mostrado eficiente na geração de resultados consistentes e aderentes à meta atuarial, mesmo em um ambiente caracterizado por maior incerteza e volatilidade nos mercados doméstico e internacional. Diante desse contexto, o entendimento do Comitê de Investimentos é pela manutenção da postura conservadora na alocação dos recursos, com ênfase em ativos de maior previsibilidade e menor risco, de modo a assegurar a estabilidade da carteira e a adequada gestão dos passivos previdenciários frente às incertezas econômicas.

Meta Atuarial e Desempenho. No mês de referência, a carteira de investimentos do IPMU apresentou rentabilidade de 1,05%, ficando acima da meta atuarial mensal de 0,61%. No acumulado do exercício o desempenho permanece ligeiramente acima ao objetivo atuarial, com a



carteira registrando 6,74%, frente a uma meta de 6,45%, evidenciando aderência à estratégia de curto prazo e recuperação da performance no período. O desempenho da carteira permanece alinhado aos objetivos de solvência, equilíbrio atuarial e sustentabilidade do regime, mesmo diante de oscilações pontuais no atingimento da meta mensal. A análise consolidada dos resultados obtidos no encerramento do mês de junho de 2026 demonstra que a estratégia de investimentos adotada pelo Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU permaneceu eficiente e plenamente alinhada aos objetivos estabelecidos na Política Anual de Investimentos, proporcionando desempenho superior à meta atuarial tanto no mês quanto no acumulado do exercício. Esses resultados evidenciam a capacidade da carteira em gerar retornos compatíveis com as necessidades atuariais do Regime Próprio de Previdência Social, preservando o equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade. O desempenho positivo foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores: predominância de aplicações referenciadas ao CDI, favorecidas pela manutenção da taxa Selic em patamar elevado; excelente desempenho dos fundos de renda fixa e dos fundos de vértice compostos por títulos públicos federais, que contribuíram de forma significativa para a geração de receitas financeiras; adequada diversificação entre gestores, administradores, indexadores e estratégias de investimento, reduzindo a concentração de riscos; manutenção da estratégia conservadora definida pelo Comitê de Investimentos, priorizando ativos de elevada qualidade de crédito, baixa volatilidade e elevada liquidez. Embora parte dos ativos indexados ao IPCA tenha sido impactada pelos efeitos da marcação a mercado e a renda variável doméstica tenha permanecido sujeita à volatilidade observada na Bolsa brasileira, esses fatores exerceram influência limitada sobre o resultado consolidado da carteira. A reduzida exposição aos segmentos de maior risco, aliada ao elevado percentual de investimentos em renda fixa, permitiu compensar essas oscilações e preservar a estabilidade do patrimônio previdenciário. Outro aspecto de destaque foi a evolução do patrimônio líquido administrado pelo Instituto, consolidando trajetória consistente de crescimento ao longo do primeiro semestre. Esse resultado reflete não apenas a rentabilidade positiva dos investimentos, mas também a adequada gestão dos recursos previdenciários, a regularidade dos aportes e a eficiência da estratégia de alocação implementada pelo Comitê de Investimentos. Dessa forma, conclui-se que a carteira de investimentos do IPMU manteve desempenho compatível com os objetivos institucionais e atuariais do Regime Próprio de Previdência Social, demonstrando capacidade de geração sustentável de resultados, controle adequado dos riscos e plena aderência à Política Anual de Investimentos e à Resolução CMN nº 5.272/2025. Os resultados alcançados reforçam a consistência da estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos e sua contribuição para a preservação do patrimônio previdenciário e para a sustentabilidade financeira de longo prazo do Instituto. **Enquadramento da Carteira.** A carteira do IPMU encontra-se devidamente enquadrada tanto nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 quanto nos parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos. A carteira segue concentrada em ativos de Renda Fixa, alocação em Investimentos no Exterior e Renda Variável. **Art. 18:** Aplicações em cotas de um mesmo fundo não podem exceder 20% das aplicações do RPPS, exceto em fundos de títulos públicos. O fundo BB Renda Fixa Ref DI Títulos Públicos FIF - CNPJ 11.046.645/0001-81, representa 24,03% (R\$ 161.941.444,23) do saldo da carteira. Embora ligeiramente acima de 20%, sua conformidade está por ser "composto exclusivamente por títulos públicos". Os demais fundos estão dentro dos limites. **Art. 19:** Total das aplicações dos RPPS em um mesmo fundo deve representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido (PL) do fundo (5% para FIDCs, FI Renda Fixa "Crédito Privado" e FI "Debêntures"), exceto para fundos de títulos públicos. Todos os fundos listados na carteira estão dentro dos limites de percentual do patrimônio líquido do fundo. **Art. 20:** Total das aplicações dos recursos do RPPS em fundos e carteiras administradas não pode exceder 5% do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou grupo econômico. Os percentuais de participação dos gestores como CAIXA ASSET (0,01843%) ou BB ASSET (0,00674%) indicam que os fundos estão dentro dos limites estabelecidos. **Art. 21:** Condições cumulativas para aplicação em cotas de fundos de investimento, incluindo autorização do Banco Central, limite de 50% dos recursos de RPPS sob administração do fundo, e credenciamento prévio do gestor e administrador.



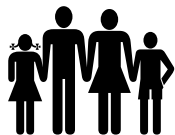
Os relatórios demonstram que a conformidade está sendo acompanhada para cada fundo.

Composição. A carteira de investimentos está segregada entre os segmentos de renda fixa (R\$ 656.722.226,72 – 97,45% do PL), renda variável (R\$ 13.699.473,09 – 2,03% do PL) e alocação no investimento no exterior (R\$ 3.483.546,84 – 0,52% do PL). As proporções demonstram uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico de volatilidade e as obrigações do IPMU. **Aderência à**

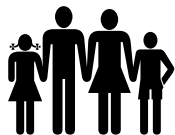
Política de Investimentos. A carteira de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU apresenta plena aderência à Política Anual de Investimentos, com todas as classes de ativos enquadradas dentro dos limites mínimo, alvo e máximo estabelecidos, em conformidade com as diretrizes normativas vigentes. No segmento de Renda Fixa, observa-se concentração em fundos referenciados em títulos do Tesouro Nacional, que representam 73,5% da carteira (R\$ 495.820.412,91), além de 23,88% (R\$ 160.901.813,81) alocados em demais estratégias de renda fixa. Ambas as exposições encontram dentro dos limites-alvo definidos, refletindo o alinhamento com o perfil conservador/moderado do RPPS. No segmento de Renda Variável, a alocação em fundos de ações corresponde a 2,03% (R\$ 13.699.473,09), posicionando-se dentro da faixa alvo, com exposição controlada e compatível com a estratégia de diversificação e mitigação de riscos. Em relação aos investimentos no Exterior, alocação de 0,52% (R\$ 3.483.546,84), igualmente enquadrada nos limites estabelecidos, evidenciando postura cautelosa diante da volatilidade dos mercados internacionais e do risco cambial. Destaca-se, ainda, a ausência de alocação nos segmentos de fundos estruturados, fundos imobiliários, empréstimos consignados e ativos imobiliários, todos com 0,00% de participação, em estrita conformidade com os parâmetros definidos na política vigente. Dessa forma, conclui-se que todas as alocações da carteira encontram devidamente enquadradas, não sendo identificadas situações de desenquadramento ou necessidade de reenquadramento, o que reforça a disciplina na gestão dos recursos e a aderência às boas práticas de governança e conformidade. **Resultado dos Investimentos.**

No período em análise, o IPMU manteve sua carteira de investimentos integralmente enquadrada nos parâmetros de risco estabelecidos na Política Anual de Investimentos, com monitoramento contínuo e sistemático dos indicadores de risco dos fundos aplicados. Os níveis de risco observados mostraram-se compatíveis com as classes de ativos alocadas, respeitando rigorosamente os limites definidos para crédito, liquidez, concentração e volatilidade, o que evidencia a consistência da estratégia adotada e a aderência às melhores práticas de gestão previdenciária. No mês de referência, a carteira gerou um retorno financeiro positivo (R\$ 6.999.802,46), refletindo o desempenho dos ativos em um ambiente de mercado ainda desafiador. No acumulado do exercício, o resultado consolidado positivo (R\$ 42.499.381,97), demonstrando a capacidade de geração de valor da carteira, alinhada aos objetivos de rentabilidade e sustentabilidade do regime. Dessa forma, conclui-se que a gestão dos investimentos tem se mostrado eficiente, prudente e orientada ao controle de riscos, assegurando resultados consistentes e compatíveis com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos. **Composição das Aplicações.**

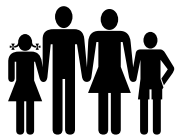
A maior aplicação em fundo de investimentos no mês está concentrada no fundo BB Títulos Públicos RL FIF Renda Fixa Referenciado DI LP (R\$ 161.941.444,23 – 24,03% do PL do IPMU). Em contrapartida, a menor aplicação está alocada no fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos Referenciado Premium – Taxa de Administração (R\$ 2.990.253,28 – 0,48% do PL do IPMU). **Relatório de Risco.** O Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU adota metodologia quantitativa para monitoramento e controle dos riscos de mercado, com destaque para o Value at Risk (VaR) como principal métrica de avaliação. O acompanhamento é realizado de forma contínua, com base em parâmetros previamente definidos na Política de Investimentos, sendo efetuadas reavaliações sempre que tais limites são atingidos ou ultrapassados. No período em análise, o VaR da carteira (252 dias úteis, nível de confiança de 95%) registrou 0,59% no mês e 2,04% em 12 meses, indicando nível de risco compatível com o perfil conservador/moderado adotado. Com base no comportamento recente da carteira, estima-se que a perda máxima potencial diária seja limitada, dentro do intervalo de confiança estabelecido. A Volatilidade da carteira permaneceu em patamar reduzido, atingindo 0,13% no mês e 0,72% no acumulado de 12 meses, refletindo baixa dispersão dos retornos e elevada estabilidade, coerente com a



predominância de ativos de renda fixa pós-fixados. O índice de Treynor apresentou resultado de -0,34 no mês e -0,03 em 12 meses, indicando que, no curto prazo, a rentabilidade da carteira foi inferior à do mercado ajustado ao risco sistêmico (beta), enquanto, no horizonte mais longo, observa-se recuperação parcial da eficiência na relação risco-retorno. O Drawdown da carteira foi de 0,03% no mês e 0,12% em 12 meses, evidenciando baixa amplitude de perdas máximas e elevada resiliência da carteira frente a oscilações adversas de mercado. O índice de Sharpe, por sua vez, registrou -2,19 no mês e -0,11 em 12 meses, demonstrando que, no curto prazo, a carteira apresentou desempenho inferior ao ativo livre de risco ajustado à volatilidade, enquanto, no acumulado anual, mantém relação risco-retorno positiva, ainda que moderada. De forma consolidada, os indicadores de risco demonstram que a carteira de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU mantém baixo nível de volatilidade, reduzida exposição a perdas e adequada estabilidade estrutural, características compatíveis com a natureza previdenciária dos recursos administrados e com o perfil conservador definido na Política Anual de Investimentos. Embora tenham sido observadas oscilações pontuais decorrentes das condições dos mercados financeiros, especialmente em razão das incertezas relacionadas ao cenário macroeconômico nacional e internacional, tais movimentos não comprometeram a consistência da carteira nem alteraram significativamente seu perfil de risco. Diante desse conjunto de fatores, conclui-se que a carteira de investimentos permanece em situação de equilíbrio, apresentando indicadores de risco plenamente compatíveis com o perfil conservador adotado pelo IPMU. A estratégia de alocação demonstra-se adequada às características dos passivos previdenciários do Instituto, proporcionando uma relação equilibrada entre segurança, liquidez e rentabilidade, preservando os recursos garantidores do plano previdenciário e contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social no longo prazo. **Fundos com Cota Negativa no Exercício.** No período em análise, verificou-se que o fundo Caixa Multigestor Global Equities Investimentos no Exterior FIC de Classe FIF - CNPJ 39.528.038/0001-77, com saldo de R\$ 3.483.546,84 (0,52% do patrimônio líquido da carteira), permanece com rentabilidade negativa no exercício de 2026, ou seja, o valor da cota atual encontra-se inferior ao valor registrado na data de aquisição pelo IPMU. A performance negativa observada está associada, principalmente, à volatilidade dos mercados internacionais, às condições macroeconômicas globais e à variação cambial. Considerando o caráter estrutural e de diversificação desse tipo de ativo, bem como a baixa representatividade na carteira, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram pela manutenção da posição, com acompanhamento sistemático e contínuo, avaliando a possibilidade de recuperação no médio e longo prazo. Destacou-se a necessidade de monitoramento periódico, com análise da performance relativa, do cenário macroeconômico internacional, da política monetária das principais economias e das perspectivas dos mercados acionários globais, fatores que influenciam diretamente o comportamento do fundo. **Fundos com Cota Negativa no Acumulado (Histórico).** Adicionalmente, constatou-se que o fundo Caixa FI Ações Small Caps Ativos - CNPJ 15.154.220/0001-47, com saldo de R\$ 13.699.473,09 (2,03% do patrimônio líquido da carteira), permanece com cota inferior ao valor de aquisição, caracterizando desempenho negativo no acumulado histórico da aplicação. O resultado reflete a elevada volatilidade característica do segmento de small caps, altamente sensível às condições macroeconômicas, ao ciclo de juros e à liquidez do mercado acionário. Apesar disso, observa-se que o fundo apresentou desempenho positivo no acumulado recente do exercício, indicando potencial de recuperação parcial. Diante desse contexto, o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção da aplicação, considerando sua função estratégica de diversificação e o potencial de valorização no horizonte de médio e longo prazo, mantendo, contudo, monitoramento contínuo e criterioso. Ressaltou-se a importância de acompanhamento técnico periódico, com avaliação da performance absoluta e relativa, análise dos fundamentos das empresas investidas, bem como das condições macroeconômicas e de mercado que impactam o segmento de renda variável. **Fundos/ Aplicações Encerradas.** No período em análise, não foram registradas movimentações de encerramento integral de fundos de investimento, permanecendo a carteira estável em sua composição, em linha com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos.

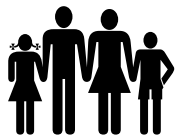


Movimentações: os membros do Comitê de Investimentos são informados das movimentações realizadas no mês. Na sequência da reunião, aos membros do Comitê de Investimentos passaram a análise do estudo técnico comparativo dos **fundos de investimento disponibilizados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, processo IPMU/019/2026**, elaborados pelo Gestor de Recursos e pela Consultoria Financeira, com a finalidade de subsidiar as decisões relacionadas à manutenção, à diversificação e às eventuais realocações da carteira de investimentos do IPMU. O estudo contemplou a análise dos fundos em diferentes horizontes temporais, correspondentes a 6, 12, 36 e 60 meses, considerando, entre outros fatores, a rentabilidade acumulada, a volatilidade, o benchmark, a liquidez, a taxa de administração, o comportamento diante das oscilações da taxa Selic, os impactos decorrentes da abertura ou do fechamento da curva de juros, os efeitos da marcação a mercado e a compatibilidade de cada estratégia com o perfil conservador, as necessidades de liquidez e as obrigações atuariais do Instituto. Foi esclarecido que a análise não deveria se restringir à comparação da rentabilidade histórica dos fundos, devendo considerar também os riscos assumidos, a duração dos ativos, a sensibilidade às taxas de juros, a função estratégica de cada investimento no conjunto da carteira, a aderência à Política de Investimentos vigente e as diretrizes estabelecidas no Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – ALM. **Fundos de Investimentos analisados:** Caixa FIF Topázio Corporativo Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo, inscrito no CNPJ sob nº 11.061.230/0001-87, Caixa Brasil Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo, inscrito no CNPJ sob nº 05.164.356/0001-84, Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica Renda Fixa, inscrito no CNPJ sob nº 23.215.097/0001-55. BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M Títulos Públicos, inscrito no CNPJ sob nº 07.111.384/0001-69. BB Previdenciário IMA-B Títulos Públicos, inscrito no CNPJ sob nº 07.442.078/0001-05. Bradesco IRF-M 1 Títulos Públicos, CNPJ nº 11.484.558/0001-06, Bradesco Institucional IMA-B 5, CNPJ nº 20.216.216/0001-04, Bradesco Premium DI, CNPJ nº 03.399.411/0001-90, Bradesco Paranoá Renda Fixa RL, CNPJ nº 63.637.997/0001-05, Bradesco Vértice 2027, CNPJ nº 65.227.719/0001-05, Bradesco Vértice 2030, CNPJ nº 65.218.033/0001-58 seus vencimentos. **Análise das taxas das NTN-B.** O Gestor de Recursos apresentou, ainda, estudo sobre a evolução das taxas indicativas das NTN-B com vencimentos em 2030, 2035 e 2040. Foi registrado que as taxas reais se encontravam próximas das máximas históricas. A NTN-B 2030 atingiu taxa máxima de aproximadamente 8,81% em junho de 2026; a NTN-B 2035 alcançou aproximadamente 8,24%; e a NTN-B 2040 registrou aproximadamente 7,93%. O estudo demonstrou elevação estrutural das taxas reais ao longo dos últimos cinco anos, refletindo os ciclos de aperto monetário, as incertezas fiscais, políticas e geopolíticas e o aumento dos prêmios exigidos pelo mercado. Os membros reconheceram que a abertura da curva produziu perdas temporárias para investidores posicionados em ativos marcados a mercado, mas também criou oportunidades para contratação de taxas reais elevadas em novas aquisições destinadas ao carregamento até o vencimento. Foi ressaltado que a aquisição direta de títulos públicos, com adequada compatibilização dos vencimentos ao fluxo atuarial e eventual marcação na curva, poderia contribuir simultaneamente para o cumprimento da meta atuarial no curto prazo, para a redução do risco de reinvestimento e para a imunização parcial do passivo previdenciário no longo prazo. Ato contínuo, o Comitê de Investimentos procedeu à análise do **Plano de Ação para Implementação das Diretrizes do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos (Asset Liability Management - ALM)**, elaborado com base no Estudo de ALM desenvolvido pela Consultoria LEMA Economia & Finanças, cujo objetivo consiste em estabelecer diretrizes para a implementação gradual das estratégias de investimentos voltadas à compatibilização entre os ativos financeiros e o passivo atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU. Inicialmente, o Comitê registrou que o Plano de Ação apresenta elevado grau de consistência técnica, metodológica e estratégica, constituindo importante instrumento de governança para subsidiar o planejamento de longo prazo da carteira de investimentos do Instituto. O documento encontra-se alinhado às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, da Portaria MTP nº 1.467/2022, da Lei Federal nº 9.717/1998, da Lei Municipal nº 4.652/2024, bem como às diretrizes estabelecidas pelo Programa Pró-Gestão RPPS, observando os princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e



compatibilização entre ativos e passivos previdenciários. Durante a análise, o Comitê destacou que o Plano propõe a evolução gradual da atual estrutura da carteira de investimentos, hoje fortemente concentrada em ativos pós-fixados referenciados ao CDI, para uma composição mais aderente às necessidades atuariais do Regime Próprio. As recomendações contemplam, entre outros aspectos, a ampliação progressiva da participação em títulos públicos federais indexados ao IPCA, a diversificação entre diferentes classes de ativos, indexadores e estratégias de investimentos, além do fortalecimento dos mecanismos de gestão de riscos, monitoramento de desempenho e acompanhamento permanente da aderência entre os ativos financeiros e as obrigações atuariais do Instituto. O Comitê registrou, ainda, que a estratégia proposta busca reduzir o risco de reinvestimento decorrente da elevada concentração em ativos pós-fixados, preservando simultaneamente a liquidez necessária ao pagamento dos benefícios previdenciários e ampliando a capacidade da carteira de atingir, de forma sustentável, a meta atuarial estabelecida para o Regime Próprio. **Deliberações do Comitê de Investimentos.** Após análise dos relatórios técnicos elaborados pelo Gestor de Recursos e pela Consultoria de Investimentos LEMA, bem como do cenário econômico, da composição da carteira e das diretrizes do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – ALM, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pelas seguintes medidas:

1. Aprovação dos relatórios técnicos, reconhecendo sua relevância para subsidiar as decisões relacionadas à manutenção, à diversificação e às eventuais realocações da carteira de investimentos do IPMU.
2. Aprovação do Plano de Ação para Implementação das Diretrizes do Estudo de ALM, reconhecendo-o como instrumento permanente de planejamento estratégico, fortalecimento da governança e compatibilização entre os ativos financeiros e o passivo atuarial do Instituto.
3. Implementação gradual, prudente e oportunista das estratégias previstas no Plano de Ação, observando-se as condições do mercado financeiro, a Política de Investimentos vigente, os estudos técnicos do Gestor de Recursos e da Consultoria de Investimentos, as avaliações atuariais e as necessidades de liquidez do IPMU.
4. Manutenção do perfil conservador/moderado da carteira, com predominância de ativos de renda fixa, elevada liquidez, baixa exposição aos segmentos de maior volatilidade e rigoroso controle dos riscos financeiros, em razão do desempenho superior à meta atuarial no acumulado do exercício.
5. Manutenção do monitoramento do Fundo Bradesco Premium DI, já integrante da carteira, especialmente quanto ao risco de crédito, à composição dos ativos privados, aos limites de concentração e ao enquadramento no art. 7º, inciso V, da Resolução CMN nº 5.272/2025.
6. Reconhecimento do Fundo Bradesco IRF-M 1 como alternativa tecnicamente adequada para eventual diversificação conservadora, condicionando-se qualquer aplicação à análise específica do cenário econômico, da curva de juros e da conveniência e oportunidade da operação.
7. Possibilidade de futura aplicação em percentual reduzido no Fundo Bradesco Institucional IMA-B 5, desde que considerados o perfil de risco do Instituto, a maior volatilidade, a exposição à marcação a mercado e a expectativa de fechamento da curva de juros reais.
8. Não ampliação, neste momento, da exposição consolidada da carteira a fundos referenciados ao CDI, de modo que eventual aplicação no Fundo Bradesco Paranoá deverá ocorrer preferencialmente mediante realocação de recursos já posicionados em estratégias semelhantes.
9. Priorização da aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao IPCA, em consonância com o Estudo de ALM e com o Processo IPMU nº 123/2025, observando-se os critérios de prazo, taxa real, vencimento, fluxo de cupons, liquidez, marcação na curva, aderência ao passivo atuarial e capacidade financeira de manutenção até o vencimento.
10. Realização de estudo específico antes de toda proposta de aquisição de títulos públicos destinados à imunização do passivo, contemplando análise de conveniência e oportunidade,



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

taxas reais ofertadas, enquadramento legal, impacto sobre a liquidez institucional e compatibilidade com as diretrizes do ALM.

11. Continuidade do Plano de Ação para adequação aos limites de concentração previstos no art. 19, § 2º, da Resolução CMN nº 5.272/2025, mediante medidas técnicas, operacionais e de governança voltadas à regularização progressiva e controlada da carteira, considerando o caráter passivo, transitório e administrável do desenquadramento identificado.
12. Utilização dos recursos alocados no Fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos para cobertura da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, assegurando liquidez imediata, segurança e previsibilidade dos fluxos financeiros.
13. Manutenção do acompanhamento dos investimentos no exterior, sem novas alocações no curto prazo, diante da volatilidade dos mercados internacionais e das incertezas do cenário global.
14. Manutenção das demais posições da carteira, sem alterações imediatas, até nova avaliação pelo Comitê de Investimentos.
15. Monitoramento permanente da carteira de investimentos, abrangendo a aderência às premissas do ALM, a evolução da meta atuarial, a Razão de Solvência, os riscos de mercado, crédito, liquidez e concentração, as taxas das NTN-B, a curva de juros, a Selic, a inflação e o cenário macroeconômico.
16. Revisão das estratégias sempre que houver alterações relevantes nas premissas econômicas, financeiras ou atuariais, preservando-se a flexibilidade necessária para adequar a carteira às condições de mercado e às necessidades do Regime Próprio.

Por fim, o Comitê deliberou que o Plano de Ação do ALM passe a constituir **referência técnica permanente para as futuras decisões de investimento do IPMU**, devendo ser periodicamente revisado em conjunto com a Política de Investimentos, os estudos atuariais e as análises técnicas do Gestor de Recursos e da Consultoria de Investimentos, sempre com o objetivo de preservar o patrimônio previdenciário, assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial e garantir a sustentabilidade dos benefícios presentes e futuros dos segurados e pensionistas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Fernando Augusto Matsumoto, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Fernando Augusto Matsumoto
Diretor Financeiro IPMU
CPRPPS CGINV I

Flávio Bellard Gomes
Membro Comitê de Investimentos
CP RPPS CGINV I

Lucas Gustavo Ferreira Castanho
Membro Comitê de Investimentos
Certificação - CGRPPS
CP RPPS CGINV I
CP RPPS CGINV II

Sirleide da Silva
Presidente do IPMU
CP RPPS CGINV II
CP RPPS CGINV III

Marcelo da Cruz Lima
Membro Comitê de Investimentos
Certificação - Anbima CPA 10
CP RPPS CGINV I
CP RPPS CGINV II

Wellington Diniz
Gestor de Investimentos
Certificação - Anbima CPA 20
CP RPPS CGINV II

Antonio Mrques de Oliveira
Diretor Administrativo